



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141424 - PI (2021/0012463-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : GILSON JOSE DE CARVALHO (PRESO)
ADVOGADO : JAMES ARAUJO AMORIM - PI008050
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GILSON JOSE DE CARVALHO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (HC n. 0755054-34.2020.8.18.000).

O recorrente teve sua prisão preventiva decretada em 11.10.2017, por suposta prática do delito previsto no art. 121, §2º, II e IV, do Código Penal.

Sustenta o recorrente que sua prisão teria se tornado ilegal, tendo em vista que, até o presente momento, o juízo de primeiro grau não teria realizado a revisão da necessidade da prisão, nos termos do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Defende a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

O deferimento de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

Na espécie, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão do recorrente foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos. Com efeito, destacou a Corte estadual (e-STJ fl. 70):

(...) verifica-se que a prisão preventiva restou fundamentada, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, como forma de garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade concreta do crime (acusado que, no meio de uma festa, supostamente teria efetuado disparos de arma de fogo contra a vítima, em razão desta ter dançado com a sua ex-namorada) e, ainda, para assegurar a aplicação da lei penal, vez que o paciente passou quase 03 (três) anos foragido.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência